

Justificativa da minuta de Deliberação com o objetivo de estabelecer o Programa Permanente de Conservação e Proteção contra a Poluição e Superexploração das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo – Protege-ASub e seu Grupo Técnico de acompanhamento.

O Programa Permanente de Conservação e Preservação de Águas Subterrâneas possui previsão constitucional (art. 206 da Constituição Estadual), previsão legal no art. 4º da Lei nº 6.134/1988 e no art. art. 4º, inciso VI, da Lei Estadual nº 7.663/1991, bem como previsão regulamentar no art. 3º do Decreto nº 32.955/1991. Percebe-se assim, a necessidade de implementar esse programa, o que ainda não ocorreu. Por se tratar de algo operacional, cuja competência está diretamente relacionada ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, sua regulamentação pode se dar por meio de deliberação do CRH. Nesse sentido, o Regimento Interno do CRH determina no art. 11, sua competência para:

- III - exercer funções normativas e deliberativas relativas à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos;
- V - estabelecer diretrizes para formulação de programas anuais e plurianuais de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO;
- IX - constituir câmaras, equipes ou grupos técnicos, por deliberação, compostos por membros do CRH ou seus representantes, além de convidar técnicos ou especialistas para assessorá-los em seus trabalhos;
- XII - referendar as propostas dos Comitês, de programas quadrienais de investimentos e dos valores da cobrança;

Portanto, percebe-se que a Deliberação CRH é o formato mais simples para implementar esse programa, que pode contribuir para melhorar a inserção das águas subterrâneas nos planos de bacia hidrográfica, e, conseqüentemente, a inserção das áreas de afloramento.

DELIBERAÇÃO CRH Nº XX, DE __ DE _____ DE 20__

Estabelece o Programa Permanente de Conservação e Proteção contra a Poluição e Superexploração das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo – Protege-ASub e seu Grupo Técnico de acompanhamento.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH no uso de suas atribuições legais e;

Considerando que o art. 206 da Constituição Estadual reconhece a necessidade de estabelecer um programa permanente de conservação e proteção das águas subterrâneas

diante de seu caráter estratégico para o desenvolvimento econômico-social e seu valor para o abastecimento.

Considerando que a Lei nº 6.134, de 02 de junho de 1988, no art. 4º, reforça a necessidade de programa permanente de preservação e conservação, como forma de garantir o melhor aproveitamento das águas subterrâneas.

Considerando que o art. 3º do Decreto nº 32.955, de 07 de fevereiro de 1991, determina que as águas subterrâneas terão programa permanente de conservação e proteção, visando o seu melhor aproveitamento.

Considerando que o art. 4º, inciso VI, da Lei Estadual nº 7.663, de 20 de dezembro de 1991, determina que o Estado assegurará meios financeiros e institucionais para o desenvolvimento de programas permanentes de conservação e proteção das águas subterrâneas contra poluição e superexploração;

Considerando, ainda as contribuições resultantes dos Encontros realizados entre as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas dos Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo, com o objetivo de motivar o intercâmbio de experiências e subsidiar as diretrizes para o programa permanente de preservação e conservação das águas subterrâneas;

Delibera

Art. 1º- Fica estabelecido o Programa Permanente de Conservação e Proteção contra a Poluição e Superexploração das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo (Protege-ASub).

Parágrafo único: O Protege-ASub se caracteriza por um conjunto de ações promovidas pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Recursos Hídricos com o objetivo de promover o conhecimento, a gestão e a avaliação continuada das águas subterrâneas e sua inserção nos instrumentos da política hídrica estadual de forma a prevenir, identificar e reverter processos de superexploração, poluição e contaminação das águas subterrâneas.

Art. 2º - Para efeitos dessa deliberação compreende-se por:

I – aquífero interbacia – formação geológica capaz de armazenar e transmitir água, que se estende entre duas ou mais unidades de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHIs).

Objetivos e Diretrizes Gerais

Art. 3º – São objetivos do Programa Protege-ASub

I - incentivar medidas para promover o uso racional das águas subterrâneas no âmbito dos planos de recursos hídricos

II - incentivar ações para combater a contaminação e superexploração das águas subterrâneas no âmbito dos planos de recursos hídricos

III – propor ações relacionadas à expansão do monitoramento das águas subterrâneas

- IV - idealizar ações de educação ambiental para as águas subterrâneas;
- V - propor prioridades de estudos técnicos para as águas subterrâneas de âmbito estadual ou em unidades de gerenciamento de recursos hídricos com situações de risco potencial para as águas subterrâneas.
- VI – mediar, em conjunto com o CRH, ações conjuntas entre os Comitês de Bacia Hidrográfica para os aquíferos que se estendam por mais de uma unidade de gerenciamento de recursos hídricos.
- VII - fomentar a inclusão das águas subterrâneas nos planos de trabalho das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográficas.
- VIII - zelar para que os Programas de Duração Continuada do Plano Estadual de Recursos Hídricos incluam ações e metas específicas para as águas subterrâneas.
- IX - desenvolver iniciativas conjuntas com os usuários de águas subterrâneas com o objetivo de promover a regularização, ações de monitoramento e uso racional das águas subterrâneas.
- X- incentivar ações de pagamento por serviços ambientais para as águas subterrâneas

Art. 4º - Constituem diretrizes gerais de ação para implementação do Protege-ASub:

- I - As águas subterrâneas são reservas estratégicas para o desenvolvimento econômico-social e valiosas para o suprimento de água às populações;
- II - a integração da gestão de recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) com a gestão ambiental e do solo
- III – os municípios, os usuários de recursos hídricos e a sociedade civil são atores fundamentais para a fomentar a gestão dos recursos hídricos subterrâneos;
- IV – o desenvolvimento de parcerias técnicas ou ações de cooperação com os diversos entes federativos, universidades, instituições técnicas, associações de usuários, empresas e associações não governamentais que atuam com a temática de águas subterrâneas.

Do Grupo Técnico de Águas Subterrâneas

Art. 5º - Fica instituído o Grupo Técnico do Programa Permanente de Conservação e Proteção contra a Poluição e Superexploração das Águas Subterrâneas do Estado de São Paulo (GT - Protege-ASub), no âmbito do Conselho de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (CRH) e vinculado à Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

Parágrafo único. O Grupo Técnico de que trata o caput terá caráter permanente, com natureza consultiva, com o objetivo de propor diretrizes para a inclusão das águas subterrâneas na política hídrica de acordo com os objetivos, princípios e diretrizes da legislação estadual e de seus instrumentos de gestão.

Art. 6º - Ao GT Protege ASub compete:

- I - Fornecer subsídios técnicos para a inclusão das águas subterrâneas no âmbito das ações de cada um dos Programas de Duração Continuadas (PDC) executados pelo CRH e pelos CBHs, bem como nos planos de trabalho das câmaras técnicas;
- II – propor a realização de estudos técnicos considerados prioritários no cenário estadual ou das unidades de gerenciamento de recursos hídricos;

III – propor iniciativas de educação ambiental e capacitação para os membros do Sistema Integrado de Gerenciamento – SIRGH em conjunto com o Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos (Capacita-SIRGH);
IV – revisar as ações propostas nos PDCs e nos planos de trabalho para as águas subterrâneas e fazer recomendações;
V – propor alíneas de investimentos para as águas subterrâneas para consideração nas linhas de financiamento do FEHIDRO, tendo como base o plano estadual de recursos hídricos, os planos de bacia, o zoneamento ecológico econômico.
VI – determinar quais aquíferos interbacias ou porções de aquíferos interbacias que exigiriam estudos regionais ou ações de cooperação entre duas ou mais unidades de gerenciamento de recursos hídricos (UGRHIs).
VII – Identificar áreas prioritárias para a gestão devido à superexploração ou à degradação das águas, e propor ações de enfrentamento;
VIII – propor programas, planos ou ações para as águas subterrâneas, incluindo ações junto aos usuários de águas subterrâneas.
IX – Apontar prioridades para a expansão das redes de monitoramento e buscar alternativas com os usuários para ampliar o monitoramento no Estado;
X – incentivar o CRH e os CBHs a produzirem Relatórios de Situação específicos para as águas subterrâneas no caso dos aquíferos cuja vulnerabilidade ou uso demande um tratamento especial.
XI – apoiar os órgãos do SIRGH na inclusão das águas subterrâneas e buscar parcerias para estabelecer ações de cooperação para a gestão dos aquíferos.

Art. 7º O GT Protege ASUB, assegurada a participação paritária entre Estados, Municípios e Sociedade Civil, terá a seguinte composição:

I – representantes da Secretaria de Estado ou de órgãos e entidades da administração direta e indireta, cujas atividades se relacionem com o gerenciamento ou uso de recursos hídricos subterrâneos, incluindo preferencialmente:

- a) um representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
- b) um representante do DAEE, em virtude de sua competência para o controle quantitativo das águas subterrâneas
- c) um representante da CETESB, em virtude de sua competência para o controle da qualidade das águas subterrâneas.
- d) um representante do Instituto de Pesquisas Ambientais, em virtude de sua competência para realizar estudos e pesquisas em geociências

II – representantes dos municípios, indicados entre os componentes das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas do CRH ou CBH

III – representantes da sociedade civil, indicados entre os componentes das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas do CRH ou CBH

IV – membros das Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas do CRH e dos CBHs.

§ 1º - O número de representantes de cada setor mencionado neste artigo, bem como os critérios para sua indicação, serão definidos por meio de reuniões coordenadas pela Câmara Técnica Estadual de Águas Subterrâneas, em conjunto com as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas dos CBHs, que estabelecerão o regimento interno do grupo técnico.

§ 2º A presidência do Grupo Técnico será exercida pela Coordenadoria de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Comentado [PCV1]: Aqui precisaria conversar com vocês para entender quem seriam os melhores representantes.

Ou posso jogar a responsabilidade para as Câmaras Técnicas definirem os representantes. Normalmente a lei traz um recorte mínimo

Comentado [PCV2R1]: Conselho Estadual de Recursos Hídricos estabelecerá como se dará a coordenação desse programa.

Art. 8º Serão convidados a integrar o Grupo Técnico Protege-ASub, com direito a voz e sem direito a voto, os seguintes representantes:

I – da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que não integrem o GT Protege-ASub

II - das universidades oficiais localizadas no Estado de São Paulo

III – do Ministério Público do Estado de São Paulo

III – da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo – OAB/SP

IV – da Procuradoria Geral do Estado;

V – do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA-SP.

VI – da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas

VII – do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM

§ 1º O Presidente do Grupo Técnico poderá convidar representantes de órgãos e entidades para análise de assuntos específicos.

Art. 9º O Grupo Técnico Protege ASub poderá instituir subcomissões temáticas temporárias, com o objetivo de apoiar a execução de suas atividades, incluindo membros externos, cuja participação será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Dos Instrumentos e funcionamento

Art. 10. As diretrizes e pareceres técnicos emitidos pelo Grupo Técnico Protege ASub devem ser consideradas no momento da elaboração dos Programas de Duração Continuada, nos Planos Plurianuais, no Plano de Ação e o Programa de Investimentos, bem como nos planos de recursos hídricos e de bacias hidrográficas e nos relatórios de situação.

Art. 11 – Cada Programa de Duração Continuada (PDC) deve prever ações específicas para as águas subterrâneas, com previsão orçamentária, tendo como norte o contido no plano estadual de recursos hídricos, os planos de bacia hidrográfica, o zoneamento ecológico econômico do Estado de São Paulo e as propostas do GT Protege ASub

§ 1º - As ações específicas previstas no âmbito dos PDCs dos CBHs devem ser submetidas ao GT Protege ASub para que este faça recomendações ou sugestões.

§ 2º - O GT Protege ASub poderá estabelecer prioridades de linhas de ação para as águas subterrâneas no âmbito dos distintos PDCs como forma de auxiliar a inclusão das águas subterrâneas na gestão das unidades de gerenciamento de recursos hídricos.

Art. 12º - As Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e dos Comitês de Bacia Hidrográfica devem prever ações específicas para as águas subterrâneas em seus planos de trabalho e submetê-las as respectivas Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas, que poderão fazer recomendações para aprimorar as propostas apresentadas.

Art. 13º - O GT Protege ASub dará assistência aos CBHs que não possuem Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, para que estes incluam as águas subterrâneas nos

Comentado [PCV3]: Relativizar a exigência no tocante aos PDC

Comentado [PCV4R3]: Não vincular o orçamento dos comitês as águas subterrâneas

Comentado [PCV5R4]: Pensei na seguinte redação alternativa:

Recomenda-se que os Programas de Duração Continuada (PDC) estabeleçam ações específicas para as águas subterrâneas, com previsão orçamentária, tendo como base o contido no plano estadual de recursos hídricos, os planos de bacia hidrográfica, o zoneamento ecológico econômico do Estado de São Paulo e as propostas do GT Protege ASub.

planos de trabalho das Câmaras Técnicas e nas ações dos planos de bacia, por meio de propostas, sugestões e recomendações.

Parágrafo único: O GT Protege ASub poderá auxiliar os CBHs a formar uma Câmara Técnica de Águas Subterrâneas ou estabelecer essa agenda dentro de uma das Câmaras Técnicas existente.

Art. 14. O detalhamento e definição das prioridades de ação do GT Protege ASub, será realizado por meio de reuniões coordenadas pelo GT Protege ASub em conjunto com as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas constituídas no âmbito das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Art. 15. O GT Protege ASub deve emitir um Relatório de Situação das Águas Subterrâneas nos planos de bacia hidrográfica a cada quatro anos.

Paragrafo único: Os indicadores desse Relatório de Situação de Águas Subterrâneas serão construídos em conjunto com as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas.

Art. 16. O Programa Protege ASub deverá constar das próximas versões do Plano Estadual de Recursos Hídricos e como proposta de ação ao Plano Plurianual do Estado de São Paulo.

Art. 17. Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação

Comentado [PCV6]: Inserir as fontes de financiamento, pensar no Profisc.